

O PAI NA PSICANÁLISE – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS PSICOSES

Gabriela Costa Moura

Uma leitura possível acerca das psicoses à luz da teoria lacaniana deve ser norteadada pelo percurso que desemboca em sua origem: o pai. A referência ao pai na psicanálise trata-se da significação da idéia de pai, que pode ser explicada pela via mítica, da inscrição do homem na origem de sua história, como a tragédia edípiana de Sófocles, cujo mito é dotado de um sentido que só pode ser entendido a partir da maneira como seus elementos se acham combinados, sendo as figuras mitológicas discursivas e capazes de expressar um conflito.

A psicanálise utiliza a perspectiva mítica para dar conta daquilo que é comum a todos os homens – a proibição do incesto – lei universal que rege as regras de uma dada cultura, permitindo separar a cultura daquilo que é da ordem da natureza. Assim, estabelece-se o limite entre o natural e o cultural, possibilitando o acesso ao registro do simbólico, ou seja, o acesso à cultura, permeado pela falta estruturante que funda o sujeito enquanto sujeito do desejo.

O mito edípiano e seus desdobramentos permite ao sujeito a entrada no mundo do simbólico, tomando como referência a função paterna justamente como uma função simbólica, estando aí a possibilidade de operar como uma metáfora. Uma metáfora que norteia e mediatiza a relação da criança com a mãe e da mãe com a criança. Com isso, a metáfora não é outra coisa senão uma substituição significativa, ou seja, se define como a operação da substituição de um significante por outro significante.

Ao falar em significante remete-se ao significante fálico, como aquele que circula no triângulo criança – mãe – pai, e a falta traz a possibilidade da ocorrência da metáfora. No que diz respeito à metáfora paterna, temos o objeto fálico como aquele que gira em torno desta questão. A metáfora paterna, que é o mesmo que dizer metáfora do Nome-do-Pai configura o falo como a pedra angular do complexo de Édipo e do complexo de castração.

É importante pontuar que fazer referência ao objeto fálico significa que a evolução genital infantil se situa fora do órgão, se situa na sua falta. Na verdade, o atributo fálico é sempre abordado referente a uma função simbólica. Não é o órgão em si que vem a representar algo, mas sim a sua falta. O falo está para além da realidade anatômica dos sexos. A concepção da falta confere lugar ao registro imaginário.

A realidade dos sexos impõe a diferença anatômica, e diante disso a criança imaginariamente elabora para si esta diferença, que é subordinada à ordem de uma falta. Esta falta faz advir o falo como objeto imaginário, como aquele que sustenta, que dá suporte à criança no que ela concebe como faltante.

Segundo Dor (1989) o falo é instituído como significante que irá demarcar o estatuto do desejo no triângulo do Édipo – mãe, criança e pai. O falo, irá circular entre esses três, como uma moeda de troca no jogo edipiano. A resolução do Édipo faz ascender o simbólico, sendo o complexo como um todo um processo estruturante para o sujeito.

É a partir da operação da metáfora paterna que a criança se torna sujeito, enquanto aquele que é colocado na esteira do desejo e que, através do recalque, pode realizar no sentido simbólico a substituição de um significante por outro significante. Assim, o Nome-do-Pai pode substituir o falo como objeto de desejo da mãe, uma mensagem expressa via materna, fazendo circular o falo na relação triangular. Falar em função paterna é falar em substituição significante, é falar em falta, é estar na condição de ser castrado. Uma questão pode então ser lançada: o que é ser pai?

Segundo Julien (1999), “o Nome-do-Pai, o pai como Nome, como significante, não é transmitido ao sujeito nem por um homem que se declara como pai, nem pela sociedade política ou religiosa, mas graças ao desejo da mãe.” Assim, pode-se fazer referência ao desejo da mãe enquanto aquele que possibilita ao sujeito lidar com sua ausência, ou seja, a mensagem pode ser captada via mãe, transmitindo um significante que designa um lugar, uma terceira posição entre a mãe e a criança; este lugar terceiro é o significante do Nome-do-Pai. A significação do Nome-do-Pai é uma nomeação do desejo da mãe, ou seja, a ela falta, por isso deseja. “A mãe funda o pai.” (Lacan apud Julien, 1999) assinala o lugar dado ao pai pela falta da mãe. A transmissão existe ou não, e depende não do pai, mas da mãe não enquanto mãe, mas enquanto mulher.

Ser faltante é a condição posta a todos os sujeitos: somos todos castrados. O que dirá da singularidade de cada sujeito é o modo como lida com esta condição e o que faz dela. O que ocorre nas psicoses é que a falta falta. Há a completude, e a referência ao simbólico é capenga. A função paterna não atua como metáfora, o pai é foracluído, ou seja, incluído fora.

ESTÁDIO DO ESPELHO

Dor (1989) situa que no processo de desenvolvimento infantil, Lacan aborda uma fase preliminar do complexo de Édipo que é o estágio do espelho. A precisão é colocada com a utilização da palavra espelho – nesta fase a criança conquista a imagem de seu próprio corpo. A estruturação do “eu” será revelada através da identificação da criança com sua imagem. Na dialética do espelho, ocorre o favorecimento da unidade do corpo próprio.

É certo que, antes do estágio do espelho, a criança tem a experiência do corpo não como unificado, o tem como esfacelado, disperso. Ocorrido o estágio do espelho, que simboliza a “pré-formação” do eu, a criança cria para si, num registro imaginário, a representação do seu corpo, de sua imagem. Essa é a dita identificação primordial, que é essencial para a estruturação da identidade do sujeito. Contudo, o estágio do espelho unicamente não é suficiente para que a criança tome posse de seu corpo, é preciso que a dialética edipiana possibilite o registro no plano simbólico.

O COMPLEXO DE ÉDIPO

De acordo com Lacan (1999), num primeiro momento do Édipo, a criança em sua relação com a mãe, depara-se com o objeto de desejo materno, o falo. A relação da criança com a mãe neste primeiro momento é de caráter fusional, na medida em que entre a criança e a mãe existe uma certa indistinção. Numa posição particular que a criança mantém junto à mãe, ocorre a busca por uma identificação com o que ela supõe ser o objeto de desejo da mãe. Neste momento, a criança quer ser o falo da mamãe, com o intuito de satisfazer o desejo da mãe e ganhar sua atenção. É como sugere Lacan:

“No plano imaginário, trata-se, para o sujeito, de ser
ou não ser o falo.” (Lacan, 1999)

Em um segundo momento, ocorre a intrusão paterna, razendo com o que o registro da castração seja introduzido na problemática edipiana.

“Assim, é no plano da privação da mãe que, num dado momento da evolução do Édipo, coloca-se para o sujeito a questão de aceitar, de registrar, de simbolizar, ele mesmo, de dar valor de significação mãe-criança-falo. A privação a essa privação da qual a mãe revela-se o objeto.” s também da castração e da frustração (Lacan, 1999) paterna. Surge uma interrogação: como o pai irá privar a mãe daquilo que ela não tem? Pode-se pensar que

este algo a ser privado só existe como símbolo, só existe no plano simbólico. Toda privação real exige a simbolização. Com isso, o sujeito terá que dar conta dessa privação, significando-a. Este é o ponto nodal a que Lacan chama a atenção.

Com a privação a criança aceita ou não ser o falo da mãe, na verdade, a criança encontra a mãe sendo privada e, sobretudo, castrada pelo pai. É interessante notar que é a mãe que é castrada, e não o sujeito. Diante disso, a criança aceita ou não a privação do falo efetuada na mãe pelo pai.

A falta é simbólica na castração, na medida em que a função paterna opera na forma de uma interdição. Na castração, o objeto fálico é imaginário. A mãe castrada pelo pai exerce influência para a criança de modo que, imaginariamente, a lei do pai priva a mãe. Exercendo o papel de um terceiro na relação que até então era dual – mãe / criança – o pai se faz representar para a criança como aquele que possui o objeto de desejo da mãe, o falo. É através da mãe que a criança percebe a lei do pai enquanto aquela que governa a circulação do objeto fálico no Édipo. É na medida em que a palavra do pai é aceita pela mãe que a função paterna se dirige a um lugar simbólico.

Com o declínio do complexo de Édipo, onde o pai é investido do atributo fálico pela criança, ele terá que intervir como aquele que o possui. Com isso, a criança tentará negociar a problemática do ter, tendo ocorrido a simbolização da lei paterna.

Seguindo adiante, a mãe terá que desejar o falo naquele que o possui, assim como a criança poderá cobiçar o atributo fálico, atributo este pertencente ao pai. Esta dialética traz à tona o jogo das identificações, sendo que o menino ao renunciar ser o falo da mãe, identifica-se ao pai, àquele que o tem. No caso das meninas, ela se identifica à mãe e segue o mesmo caminho: sabe quem tem o falo e vai em direção à ele.

A METÁFORA PATERNA

Segundo Lacan (1999) abordar a metáfora paterna implica a função do pai, que está no centro da questão do Édipo. Entretanto, o campo pré-edipiano também tem a sua importância. A metáfora do Nome-do-pai no processo de simbolização na criança é ilustrada no jogo do *fort-da*, descrito por Freud em seus escritos psicanalíticos. O *fort-da*, situado no campo pré-edipiano, é o jogo da presença/ausência da mãe em relação ao bebê, um jogo de esconde-esconde que permite a atualização da criança em relação às ausências da mãe, numa atitude psíquica ativa do sujeito frente ao desejo do Outro, saindo do lugar passivo a que se encontrava.

O *fort-da* configura o desaparecimento/retorno da mãe, na medida em que as ausências representam não mais que um olhar para fora, ou seja, o olhar que antes era todo voltado para o filho e que agora indica que o desejo da mãe implica um terceiro. No jogo do *fort-da* a mãe o abandona, e a criança terá que lidar com essas idas e vindas da mãe. Assim, a criança percebe que não é o único e exclusivo objeto de desejo da mãe, ou seja, o falo – objeto que preenche a falta. Desta maneira, o sujeito controla simbolicamente o objeto perdido, ou seja, ele encontra uma maneira para mobilizar o seu desejo. O sujeito elegerá outros objetos para substituírem então, o objeto perdido (a mãe). Neste momento, a criança substituirá o significante fálico pelo significante do Nome-do-Pai, que já se constitui como uma metáforização. Para o autor Joel Dor (1989), o processo de acesso ao simbólico na criança se traduz como controle simbólico do objeto perdido.

A simbolização ocorre na medida em que a ‘dialética do ser o falo’ é substituída pela criança à ‘dimensão do ter o falo’. A criança troca a vivência do ser pelo ter. A criança pensa ser o único objeto de desejo da mãe, e para dar um substituto a essa vivência no ser, o sujeito infantil acederá à dimensão do ter. É com essa operação que criança deixa de ser o objeto de desejo do Outro, ou seja, da mãe, para erguer-se como sujeito, como sujeito de desejo. Sujeito de desejo no sentido de que não é mais governado pelo desejo da mãe, mas agora se dá o direito de decidir o caminho e direção do seu desejo.

Vale ressaltar que a ascensão desse sujeito ocorre na medida em que a linguagem aparece como manifestação simbólica, como tentativa da criança em controlar simbolicamente o objeto perdido. Lacan aponta que se não se pode ter a coisa (o objeto perdido), a matamos ao simbolizá-la pela palavra. É na medida em que ocorre o recalque do significante fálico, que é uma substituição metafórica, que é instituído o acesso à metáfora paterna. Ou seja, substituir o significante fálico, por meio da metáfora, pelo significante, que consiste numa palavra. Como exemplo, no jogo do *fort-da*, as idas e vindas da mãe remete à criança que, “se ela vai é porque não sou eu o que ela quer”, então, o falo irá representar isto de que a criança percebe como significado das ausências da mãe.

É certo que, quando a mãe se ausenta, a criança supõe que ela esteja junto ao pai. Primeiramente, o pai aparece como um objeto fálico rival, e posteriormente, ele reaparece como aquele que detém o falo. A partir disso, a criança pode nomear a causa das ausências maternas tendo como referência o pai simbólico. Deste modo, aparece o produto de uma metáfora: o Nome-do-Pai, que é uma função significante do pai, substituindo o significante do desejo da mãe.

A metáfora paterna, que é introduzida na cadeia simbólica através da lei do pai, faz com que o falo represente, ao final do Édipo, a perda simbólica de um objeto imaginário, e com isso, a linguagem aparece como derivado desta metáfora. É um momento de estruturação na evolução psíquica da criança, inaugurando assim, seu acesso à dimensão simbólica.

FORACLUSÃO

Inicialmente é relevante explicitar o conceito fundamental de foracclusão, a *Verwerfung* freudiana relatada por Rabinovitch (2001):

“Assim, foracluir consiste em expulsar alguém ou alguma coisa para fora dos limites de um reino, de um indivíduo, ou de um princípio abstrato tal como a vida ou a liberdade; foracluir implica também o lugar, qualquer que ele seja, do qual se é expulso, seja fechado para todo o sempre... Foracluir consiste pois, afinal, em expulsar alguém para fora das leis da linguagem.”

Foracclusão é um mecanismo de defesa que a psicanálise utiliza a conotação do sem lugar, do incluído fora para designar o lugar dos loucos, dos que estão ‘presos do lado de fora’, como mostra Rabinovitch. A foracclusão está diretamente articulada ao modo de estruturação do sujeito, mostrando como o sujeito se posiciona na sua constituição primitiva. Pode-se dizer que o mecanismo de defesa da psicose é a foracclusão.

Fazendo referência à foracclusão, Lacan aborda a importância da linguagem e da fala, o que ele julga fundamental para compreender o que há em Freud. O mesmo ele faz com o atributo significante, afirmando a sua importância dentro da cadeia simbólica. Neste nível, ele articula a questão da lei, na medida em que o texto da lei faz ascender o significante. Com isso, Lacan trata do Nome-do-Pai, ou o pai simbólico. Este é o significante que promulga a lei.

É possível reconhecer isto em Freud, no mito do Édipo e também em Totem e Tabu. É com o assassinato do pai que a lei surge. O pai morto, isto é, o símbolo do pai é o mesmo que promulga a lei, e é também o Nome-do-Pai de que trata Lacan. Ele o trata como significante essencial, e é a partir deste significante e de suas articulações que a psicose entra no eixo de seus estudos.

Para uma melhor compreensão toma-se novamente o complexo de Édipo: o pai chega em terceiro na situação entre a criança e a mãe. Por outro lado, pode-se também

pensar que ele chega em quarto, enfim, já eram três: mãe, criança, falo. Na medida em que o pai exerce o seu papel na relação edipiana, como aquele que possui a mãe como mulher, e também, transmite a ela a lei – “Não reintegrarás teu produto.” (Lacan, 1999) – o caminho para uma ‘boa’ saída do Édipo estará aberto. O pai intervém a título de mensagem para a mãe; ele anuncia uma proibição, o não do incesto, um não que se transmite no nível em que a criança recebe a mensagem da mãe. A mensagem é endereçada à mãe, de modo que a fala do pai intervém efetivamente no discurso da mãe.

A nível da psicose, o significante do Nome-do-Pai é foracluído, afirma Lacan, ou seja, o pai como função simbólica, aquele que atua entre mensagem e código, e código e mensagem, não existe. O pai é incluído fora. Não o pai como instaurador da lei. Há um código que está para além da mãe, pois o que ocorre é a intervenção bruta da mensagem ‘não’ na mensagem da mãe para o filho.

Lacan retoma o caso do Presidente Schreber afirmando que ele faz o Nome-do-Pai responder em seu lugar. A estrutura psicótica se materializa pela intervenção bruta, maciça e real, do pai para além da mãe. Daí surgem as alucinações de Schreber. As vozes que falam na língua fundamental consistem em ensinar ao sujeito que as palavras são num novo código – são mensagens sobre um neocódigo, que se apresenta como proveniente do Outro. Existem também nas alucinações schreberianas as mensagens interrompidas, que se expressam como começos de ordens, como mensagens puras.

A intervenção do discurso paterno, neste caso, não é integrado na vida do sujeito, não havendo assim, a coerência do discurso. Com a ausência do significante do Nome-do-Pai Schreber experimenta os fenômenos alucinatorios como substituição dessa falta. Essa falta do significante é esclarecida pelo fato de ter sido evocado ao menos uma vez o Nome-do-Pai, e o sujeito, como não tendo inscrito esse significante em sua estrutura psíquica, não tem como responder a ele. O sujeito psicótico, na medida em que é interrogado ao nível do Nome-do-Pai, fica sem saída – como responder àquilo sobre o qual ele não tem acesso?

Daí onde surgem os delírios e as alucinações que respondem como “tentativas de reconstrução”, como dizia Freud, do que restou da foraclusão do Nome-do-Pai. Pode-se dizer que o acesso ao simbólico torna-se capenga com a foraclusão, e como consequência disso, a coerência textual, a linguagem para este sujeito está sendo utilizada por ele num outro nível, sem a possibilidade da metáfora. Lacan coloca a questão de que, devido a isso, o sujeito psicótico é um sujeito fora do discurso.

Referências

DOR, Joël. **Introdução à leitura de Lacan: o inconsciente estruturado como linguagem**. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FREUD, Sigmund. **Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranóia (Dementia Paranoides)**. Rio de Janeiro: Imago, 1987 – v.XII.

_____. **A perda da realidade na neurose e psicose**. Rio de Janeiro: Imago, 1987 – v.XIX.

_____. **Totem e tabu**. Rio de Janeiro: Imago, 1987 – v.XIII.

JULIEN, Philippe. **As psicoses: um estudo sobre a paranóia comum**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999.

LACAN, Jacques. **O Seminário – Livro 3: As psicoses**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. **O Seminário – Livro 5: As formações do inconsciente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

NASIO, J. –D. **Os grandes casos de psicose**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.